

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

RESULTADO DO TESOURO DO ESTADO

3º TRIMESTRE DE 2004

Fortaleza – CE
2004

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

SECRETÁRIO

Francisco de Queiroz Maia Júnior

COORDENAÇÃO GERAL

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

ELABORAÇÃO

Francis Carlo Petterini

Daniel Campos Lavor

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

SUMÁRIO

1 – RESULTADO FISCAL.....	4
2 – RECEITAS.....	6
3 - DESPESAS	9
4 – DÍVIDA PÚBLICA.....	12
5 – RESULTADO PREVIDENCIÁRIO.....	14
6 – PERDAS DO FUNDEF	15
7 – TEMAS ESPECIAIS	16
7.1. De onde vem o ICMS?	16
7.2. De onde vem o FPE?	17
7.3. Finalístico e Manutenção	19

1 – RESULTADO FISCAL

No acumulado dos três primeiros trimestres de 2004, o resultado fiscal do Tesouro do Estado é resumido pelo superávit no Resultado Primário de R\$ 410 milhões, R\$ 240 milhões acima da meta acordada com a STN¹ para o ano de 2004.

Tabela 1 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Trimestres e Anos

(R\$ Milhões - Preços Correntes)

Discriminações	T1/03	T2/03	T3/03	Acum. 2003	T4/03	Todo 2003	T1/04	T2/04	T3/04	Acum. 2004
1. Receitas (Próprias e Transferências)	1.255	1.182	1.224	3.661	1.353	5.014	1.319	1.250	1.246	3.815
ICMS	641	623	691	1.955	630	2.585	662	653	708	2.023
FPE	424	421	354	1.198	395	1.593	458	437	403	1.298
IR	29	29	32	90	44	134	39	38	39	116
IPVA	83	11	6	100	5	105	93	13	6	112
Outras*	77	98	140	316	280	597	67	110	89	267
2. Transferências Municipais**	216	154	180	550	168	718	215	167	176	558
3. Receita Líquida (1-2)	1.039	1.028	1.044	3.111	1.186	4.296	1.104	1.083	1.070	3.257
4. Despesas Não Financeiras	940	943	1.052	2.935	1.180	4.115	823	976	1.048	2.847
Pessoal	443	472	593	1.509	628	2.137	462	544	641	1.648
OCC	497	471	459	1.427	552	1.979	361	431	407	1.199
Investimentos***	110	97	88	295	159	454	65	85	98	248
Sentenças Judiciais	3	3	2	8	1	9	1	2	3	6
Outras Correntes	291	265	279	835	357	1.192	275	325	286	886
Outras de Capital	93	106	90	288	35	323	19	20	21	60
5. Resultado Primário (3-4)	99	85	-8	175	6	181	281	107	22	410; meta: 170
6. Juros da Dívida (Líquido Devido)	53	79	50	182	86	268	56	77	54	187
Encargos (Internos e Externos)	65	91	55	211	94	305	60	81	57	198
(-) Juros de Tít. Renda****	12	11	5	29	8	37	3	5	3	11
7. Amortizações	102	93	79	275	107	382	91	92	97	280
8. Nec. de Financiamento (5-6-7)	-56	-88	-138	-282	-187	-469	133	-61	-130	-58
9. Alienações de Bens	0	0	94	94	-93	1	1	0	0	1
10. Operações de Crédito	63	44	61	168	106	273	47	60	50	158
Internas	17	9	11	37	4	41	11	8	16	35
Externas	46	35	50	131	102	232	36	52	34	122
11. Resultado Nominal (8+9+10)	6	-44	17	-20	-175	-195	182	-2	-80	101

* Todas as Outras Receitas (inclusive os Retornos do Fundef) menos Operações de Crédito, Alienações e Receita Patrimonial.

** Transferências Constitucionais e Voluntárias.

*** Conta "4400.0000" do SIC.

**** É basicamente a Receita Patrimonial.

Fonte: Sefaz - SIC - Demonstrativos de Resultado Primário.

Elaboração: IPECE, conforme a estrutura do PAF.

¹ Secretaria do Tesouro Nacional.

Em preços correntes, nos três primeiros trimestres de 2003 o montante de receitas brutas (próprias e de transferências) foi de R\$ 3.661 milhões, ao passo que no mesmo período de 2004 foi de R\$ 3.815 milhões, um aumento de 4% em termos nominais. Contudo, este crescimento ainda pode ser interpretado como sendo de 11% ao descontar-se R\$ 236 milhões do ICMS em 2003, referentes ao montante liberado pelo PROVIN no período. Assim, nos três primeiros trimestres de 2003 o montante de receitas seria de R\$ 3.425 milhões.

Este movimento nas receitas vem sendo garantido por uma recuperação na arrecadação do ICMS, na marca de 18% de 2003 para 2004 nos nove primeiros meses, em termos nominais e descontando-se as liberações do PROVIN (sem descontar as liberações do PROVIN este crescimento nominal seria de 4%).

No acumulado do ano, a cota parte do Ceará no FPE e as arrecadações do IR retido na fonte e o do IPVA também tiveram crescimentos em termos nominais, quando se compara o mesmo período do ano passado (8% no FPE, 29% no IR e 12% no IPVA). Todavia, a soma das outras receitas próprias e de transferências sofreram uma redução de 15%, em preços correntes.

Por outro lado a Despesa Não Financeira caiu 3% em termos nominais, mostrando estar controlada. Todavia, sabe-se que no último trimestre de todos os anos as despesas são acentuadas, podendo ainda haver crescimento para o saldo anual.

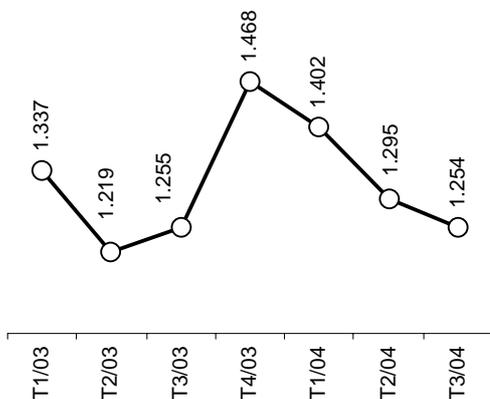
De uma forma geral, a Despesa Não Financeira está controlada porque os gastos com pessoal neste ano estão praticamente no mesmo patamar dos do ano passado. Nos três primeiros trimestres de 2004 esta rubrica totalizou R\$ 1.648 milhões, sendo que no mesmo período de 2003 foram R\$ R\$ 1.509 milhões. Estes 9% de crescimento nominal são iguais a inflação dentro do período (por uma média ponderada entre 55% do IGP-DI e 45% do IPCA), levando a um crescimento real nulo desta despesa.

Além disso, no acumulado de 2004 as Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC) estão em patamares menores que no mesmo período de 2003. Nos três primeiros trimestres de 2003 as OCC totalizaram R\$ 1.427 milhões, em preços correntes, enquanto nos nos três primeiros trimestres de 2004 foram R\$ 1.199 milhões.

Este contingenciamento nas despesas é substancialmente validado na redução do investimento. A redução nos investimentos, em termos nominais, é de 15% quando compara-se o acumulado dos primeiros três trimestres deste ano com os do ano passado.

2 – RECEITAS

Gráfico 1 - Receita Bruta (com ICMS ajustado ao novo FDI) - R\$ Milhões - Preços Constantes



Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

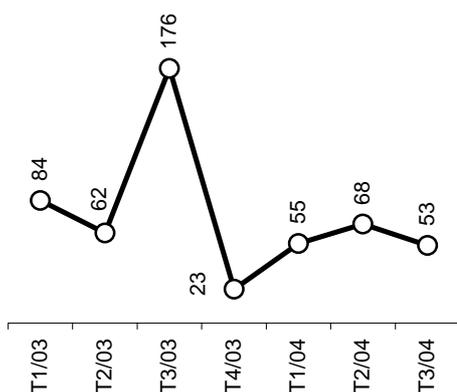
A receita usada no cômputo do Resultado Primário é a Receita Total descontada das Operações de Crédito, das Aliações de Bens e da Receita Patrimonial. E este resultado é chamado de Receita Bruta².

A evolução da Receita Bruta estadual, em preços constantes e já ajustada com a nova sistemática de apuração do ICMS dada pelo Decreto N.º 27.206 de 07/10/2003 (do ICMS total arrecadado descontou-se as liberação do PROVIN durante os três primeiros trimestres de 2003), apresenta um visual decréscimo nos últimos trimestres (ver Gráfico 1).

Entretanto, é importante notar que houveram crescimentos reais na Receita Bruta quando se comparam os trimestres de 2004 com os mesmo de 2003 (em função das questões sazonais). Foram eles de 5%, 6% e 0% nos primeiro, segundo e terceiro trimestres, respectivamente.

Já a evolução da parte complementar a Receita Bruta (a soma das Operações de Crédito, Aliações de Bens e Receita Patrimonial), com exceção de um pico de R\$ 176 milhões no terceiro trimestre de 2003³, vem apresentando uma tendência de decréscimo (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 - Total de Operações de Crédito, Aliações e Rec. Patrimonial R\$ Milhões - Preços Constantes

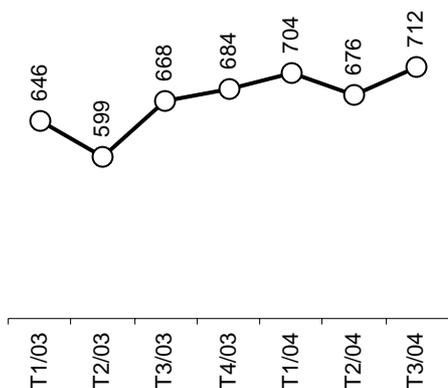


Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

² O Resultado Primário é a diferença entre a Receita Líquida de Transferências aos Municípios e as Despesas Não Financeiras.

³ Este pico em 2003 é referente a uma receita oriunda de alienações de ações do BEC.

Gráfico 3 - Arrecadação do ICMS
R\$ Milhões - Preços Constantes



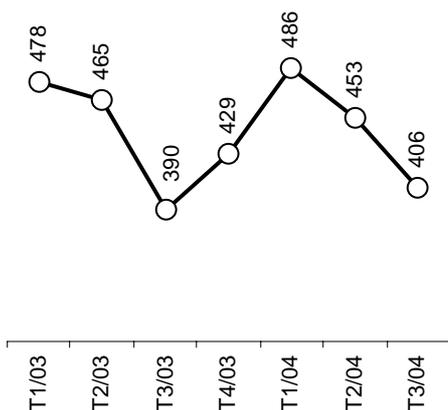
Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Obs.: ICMS ajustado a nova Lei do FDI, preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

O principal componente da Receita Bruta é o ICMS (pelo Gráfico 3 pode-se observar a trajetória do ICMS em preços constantes e já ajustado a nova Lei do FDI). Ao acompanhar a trajetória desta receita pode-se notar um crescimento real de 7% na arrecadação de ICMS no terceiro trimestre de 2004 quando comparado ao mesmo período de 2003.

Além disso, a trajetória vem acumulando crescimentos reais de 9%, do primeiro trimestre de 2003 para o primeiro de 2004, e 13% do segundo trimestre de 2003 para o segundo de 2004.

Já ao acompanhar a evolução em preços constantes da cota parte do Ceará no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), observa-se um crescimento de 4%, de R\$ 390 milhões para R\$ 406 milhões, do terceiro trimestre de 2003 para o terceiro de 2004, respectivamente (ver Gráfico 4).

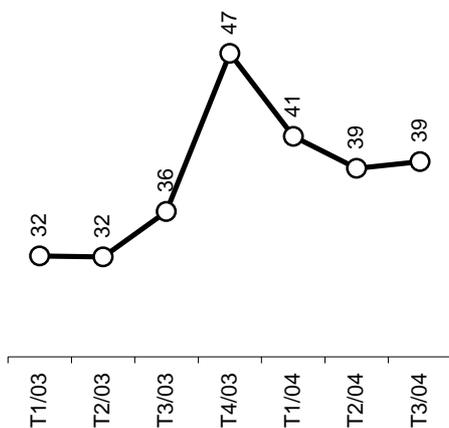
Gráfico 4 - Cota Parte no FPE
R\$ Milhões - Preços Constantes



Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

Todavia, este crescimento no FPE não foi uma regra para o ano, uma vez que houve um decréscimo de R\$ 465 milhões no segundo trimestre de 2003 para R\$ 453 milhões no segundo de 2004 (queda real de 3%), e um pequeno crescimento de R\$ 478 milhões no primeiro trimestre de 2003 para R\$ 486 milhões no primeiro de 2004 (aumento real de 2%).

Gráfico 5 - Receita de IR - Ceará
R\$ Milhões - Preços Constantes



Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

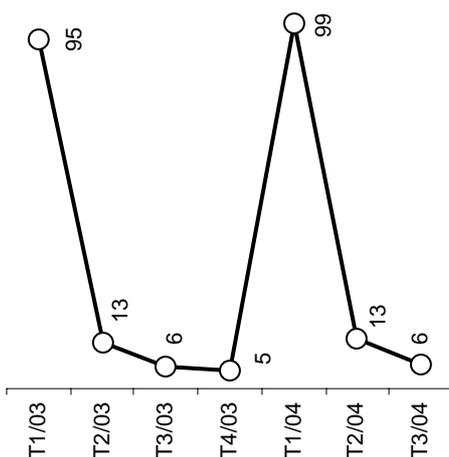
Quanto a receita via Imposto de Renda (IR) retido na fonte, esta vem crescendo quando se compara trimestre a trimestre (ver Gráfico 5).

O montante de IR no terceiro trimestre de 2004 foi de R\$ 39 milhões, ao passo que no mesmo período do ano passado foi de R\$ 36 milhões, um crescimento real de 8%.

No mesmo sentido, os outros crescimentos reais foram de 22%, do segundo trimestre de 2003 para o segundo de 2004, e de 28% do primeiro trimestre de 2003 para o primeiro de 2004.

Já a evolução real da arrecadação do IPVA (ver Gráfico 6) apresenta uma característica peculiar, porque sua legislação implica no pagamento em uma única parcela (em janeiro) ou nos três meses do primeiro trimestre do ano, sendo que sua arrecadação em outros períodos é referente aos novos veículos incorporados a frota estadual ou inadimplências.

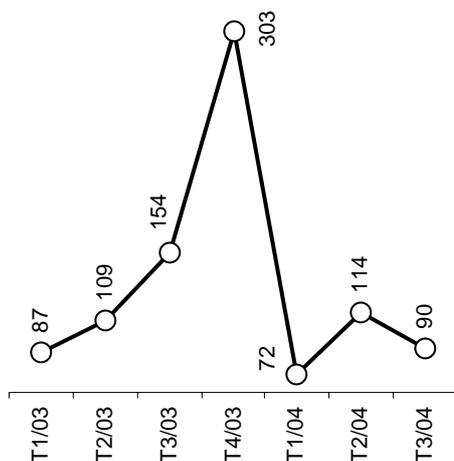
Gráfico 6 - Receita de IPVA
R\$ Milhões - Preços Constantes



Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

Sendo assim, o fato relevante a se observar na arrecadação do IPVA é o crescimento real de 4%, entre os R\$ 95 milhões do primeiro trimestre de 2003 e os R\$ 99 milhões do primeiro trimestre de 2004.

Gráfico 7 - Outras Receitas
R\$ Milhões - Preços Constantes



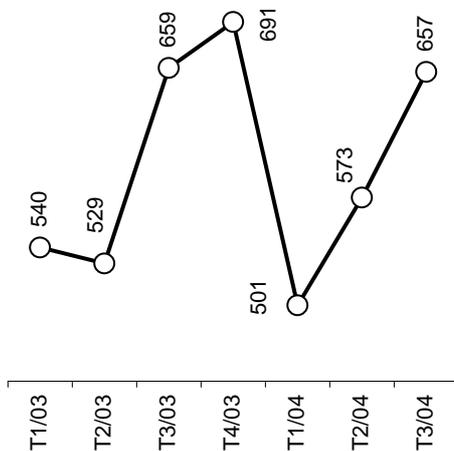
Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

Quanto a evolução real de todas as Outras Receitas⁴ (próprias e de transferências, ver Gráfico 7), seu comportamento não mantém um padrão definido, variando entre 5% e 10% do total da Receita Bruta, à exceção do quarto trimestre de 2004, quando as Outras Receitas chegaram a 20% de toda a Receita Bruta.

3 - DESPESAS

Em relação a evolução da Despesa com Pessoal em preços constantes (Gráfico 8), nos primeiros três trimestres de 2003 o gasto total do estado com pessoal foi de R\$ 1.728 milhões, em termos reais, ao passo que no mesmo período de 2004 o total foi de R\$ 1.731 milhões, um aumento de 0,2%, que demonstra o controle neste ponto.

Gráfico 8 - Despesa com Pessoal
R\$ Milhões - Preços Constantes

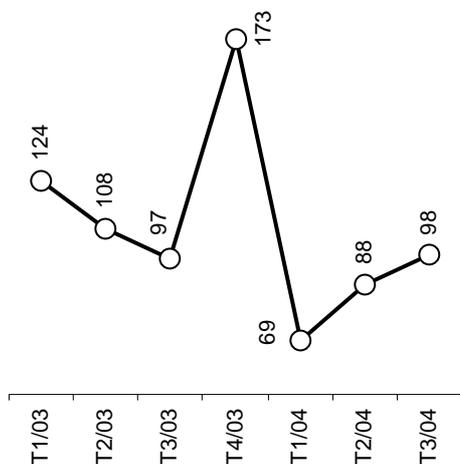


Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

Quando se compara o terceiro trimestre deste ano com o terceiro do ano passado, a Despesa com Pessoal diminuiu, em termos reais, de R\$ 659 milhões para R\$ 657 milhões, equivalente a 0,3% de queda. Já do segundo trimestre de 2003 para o segundo de 2004 houve um aumento real de R\$ 44 milhões, compensando uma redução de R\$ 39 milhões do primeiro trimestre de 2003 para o primeiro de 2004. No geral, manteve-se o equilíbrio.

⁴ ITCD, taxas, contribuições, cota parte no IPI exportações, etc.

Gráfico 9 - Investimentos
R\$ Milhões - Preços Constantes



Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

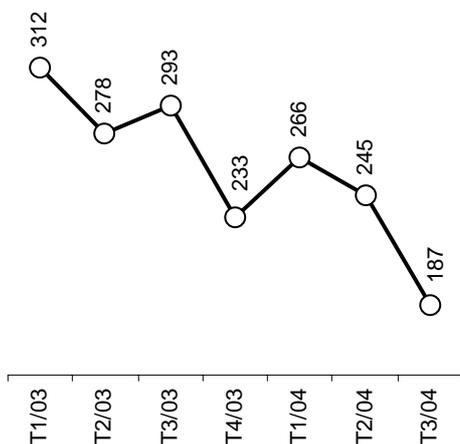
No que tange a evolução dos Investimentos, no acumulado dos três primeiros trimestres de 2004 foram investidos R\$ 255 milhões (Gráfico 9), sendo que no mesmo período de ano passado foram R\$ 329 milhões, uma queda real de 22%.

Quanto observa-se a evolução de todas as Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC), descontando-se os Investimentos (Gráfico 10), fica evidente a retração das Despesas Não Financeiras do Governo do Estado.

Nos três primeiros trimestres de 2003 todas as Despesas Não Financeiras, excluindo-se Gastos com Pessoal e Investimentos, totalizaram R\$ 883 milhões. Já nos três primeiros trimestres de 2004 estas mesmas despesas totalizaram R\$ 698 milhões. Isto representam uma queda, em termos reais, de 21% entre os dois períodos.

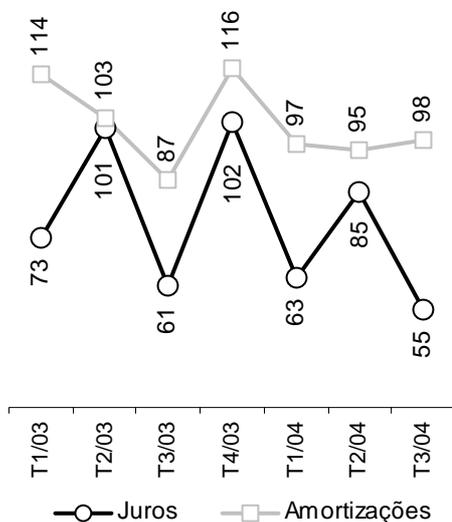
Os Gráficos 8, 9 e 10 apresentados até aqui resumem a dinâmica recente das Despesas Não Financeiras, onde o Gasto com Pessoal vem se mantendo estabilizado, em termos reais, e os Investimentos e outras despesas vem caindo, também em termos reais.

Gráfico 10 - OCC menos Investimentos
R\$ Milhões - Preços Constantes



Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

Gráfico 11 - Serviço da Dívida
R\$ Milhões - Preços Constantes



Fonte: Sefaz. Elaboração: IPECE. Preços de set/04 pela média ponderada do IGP-DI (55%) e do IPCA (45%).

Para completar a análise das despesas nos últimos trimestres, ainda é necessário abordar as Despesas Financeiras, que são precisamente o Serviço da Dívida Pública (Juros e Amortizações).

As despesas com Juros sobre a Dívida Pública no terceiro trimestre de 2004 foram de R\$ 55 milhões (Gráfico 11), quando foram de R\$ 61 milhões no terceiro trimestre de 2003, uma redução de 10% em preços constantes.

No acumulado dos três primeiros trimestres de 2004 gastou-se R\$ 203 milhões com Juros, contra R\$ 235 milhões no mesmo período em 2003, uma redução real da ordem de 14%.

Ao se observar as Amortizações da Dívida Pública nos três primeiros trimestres de 2004 (gráfico 11), nota-se que foi despendido o montante de R\$ 290 milhões, em preços constantes. Já nos três primeiros trimestres de 2003 as Amortizações somaram R\$ 304 milhões, uma redução real da ordem de 5%.

Somando Juros e Amortizações, que é o serviço da Dívida Pública, nos três primeiros trimestres de 2004 gastou-se R\$ 493 milhões, sendo R\$ 539 milhões no mesmo período em 2003. Em preços constantes esta redução é de 9%.

Por fim, a Tabela 2 resume a análise de receitas e despesas feita até aqui.

Tabela 2 - Resumo do Crescimento das Receitas e Despesas - Preços Const. Comparações dos três primeiros trimestres de 2003 com os de 2004

Receitas (Próprias e Transferências)	4%
ICMS ^{Ajustado}	9%
FPE	1%
IR	19%
IPVA	3%
Outras	-21%
Operações de Crédito, Alienações e Receita Patrimonial	-45%
Despesas Não Financeiras	-10%
Pessoal	0%
OCC ^{Sem Invest.}	-21%
Investimentos	-22%
Juros	-14%
Amortizações	-5%

Elaboração: Ipece.

4 – DÍVIDA PÚBLICA

O Estado, como qualquer outro agente econômico, se depara com uma restrição orçamentária para atender às necessidades ilimitadas da sua sociedade. Neste contexto, um governo deve atender o máximo das demandas públicas dado os recursos que ele dispõe.

Entretanto, muitas vezes existem demandas inadiáveis para serem atendidas, levando a um inevitável endividamento público.

Todos os Estados passam por isso. E todos possuem uma Dívida Pública. Sendo que o relevante a ser discutido é o tamanho desta dívida e seu controle.

O conceito de tamanho da dívida largamente aceito é a razão Dívida/PIB, a qual mostra o quanto uma economia deve produzir para liquidar o que deve.

A Tabela 3 apresenta a razão Dívida/PIB em 2001 para as Unidades da Federação (são as posições mais recentes que estão disponíveis para todas as Unidades da Federação Brasileira). Os números mostram que a posição do Ceará é relativamente confortável, sendo o 16º no *ranking* nacional.

Tabela 3 - PIB e Dívida Total das UF
Ano de 2001 - R\$ Bilhões

UF	PIB	Dívida ^{Total}	Dívida/PIB
1 AL	7,6	4,1	53,7%
2 MA	10,3	5,0	48,5%
3 PI	5,6	2,5	45,3%
4 MT	14,5	5,8	40,4%
5 GO	25,0	10,1	40,2%
6 AC	1,9	0,7	37,0%
7 MS	13,7	4,9	35,9%
8 RR	1,2	0,4	32,8%
9 MG	113,5	32,0	28,2%
10 SP	400,6	110,0	27,5%
11 PB	10,3	2,7	26,3%
12 RO	6,1	1,6	26,3%
13 RJ	148,0	36,5	24,7%
14 RS	94,1	21,0	22,3%
15 BA	52,2	11,2	21,5%
16 CE	21,6	4,6	21,5%
17 SE	8,2	1,6	19,5%
18 TO	3,1	0,6	18,5%
19 SC	46,5	7,9	17,0%
20 PE	31,7	5,1	16,2%
21 PR	72,8	11,7	16,1%
22 RN	9,8	1,4	13,9%
23 ES	22,5	3,0	13,1%
24 AM	20,7	2,2	10,8%
25 PA	21,7	2,0	9,3%
26 AP	2,3	0,1	6,1%
27 DF	33,1	1,5	4,4%

Fonte: IBGE e Bacen.
Elaboração: IPECE.

Tabela 4 - Estoque da Dívida ao Final do Período - R\$ Milhões - Preços Correntes

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004*
1. Dívida Interna	2.477	2.613	2.705	3.020	2.788	3.158
Com Tesouro Nacional	2.064	2.184	2.267	2.534	2.370	2.387
Com Bancos Federais	406	423	434	485	419	425
Outros Credores	8	6	3	1	0	346
2. Dívida Externa	838	947	1.125	1.807	1.584	1.734
3. Dívida Flutuante (Curto Prazo)	287	306	229	309	307	139
4. Garantias	534	549	574	597	623	630
5. Dívida Total ⁽¹⁺²⁺³⁺⁴⁾	4.135	4.415	4.632	5.733	5.303	5.661
6. Dívida Consolidada ⁽⁵⁻³⁻⁴⁾	3.315	3.560	3.829	4.827	4.373	4.892
7. Ativos Financeiros ^(Aplicações)	970	877	477	198	57	171
8. Dívida Consolidada Líquida ⁽⁶⁻⁷⁾	2.344	2.683	3.353	4.629	4.316	4.721
PIB**	19.511	20.800	21.581	24.354	25.352	27.291
RCL***	2.907	3.103	3.628	3.866	4.210	4.334
Dívida Consolidada / PIB	17,0%	17,1%	17,7%	19,8%	17,2%	17,9%
Dív. Consolid. ⁽⁻⁾ Outros Credores / PIB	17,0%	17,1%	17,7%	19,8%	17,2%	16,7%
Dívida Consolidada / RCL	1,14	1,15	1,06	1,25	1,04	1,13
Dív. Consolid. ⁽⁻⁾ Outros Credores / RCL	1,14	1,15	1,06	1,25	1,04	1,05

* Estoque ao final de junho.

** Valores estimados para 2003 e 2004.

*** Receita Corrente Líquida.

Fonte: Sefaz - Cotes. Elaboração: IPECE.

Já a capacidade de controle da relação Dívida/PIB por parte de um governo está substancialmente ligada à sua capacidade de gerar Resultados Primários⁵.

A Tabela 4 apresenta a estrutura da dívida estadual e a trajetória da relação Dívida Consolidada/PIB. Descontando-se desta dívida os débitos de Outros Credores, verifica-se que o Resultado Primário de R\$ 181 milhões em 2003 foi usado na redução da dívida de 17,2% para 16,7% do PIB, de 2003 para 2004.

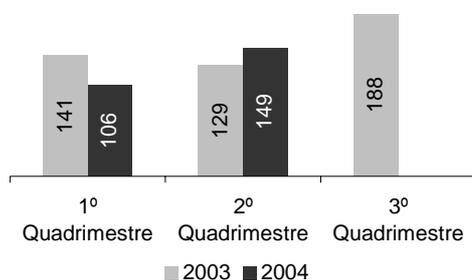
A dívida de R\$ 346 milhões com Outros Credores que aparece em 2004 refere-se às dívidas previdenciárias, que até então não eram tomadas por dívida pública.

Outro ponto importante a ser levantado é que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que a Dívida Consolidada de uma UF não supere em duas vezes a sua Receita Corrente Líquida. Neste ponto o Ceará está com folga, pois hoje esta relação é da ordem de 1,13.

⁵ A relação Dívida/PIB é afetada por cinco componentes: 1) diminui quando a economia cresce; 2) diminui quando aumentam as amortizações; 3) diminui quando se faz poupança para abatê-la; 4) aumenta quando aumentam seus indexadores; e 5) aumenta quando se contrata novas dívidas. Os pontos 1, 2 e 4 não podem ser controlados pelo governo, *a priori*. Já o ponto 5 depende das necessidades emergenciais. Sendo que o ponto 3, traduzido em Resultado Primário, torna-se a variável de controle da dívida.

5 – RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

Gráfico 12 - Receitas Previdenciárias
R\$ Milhões - Preços Constantes*



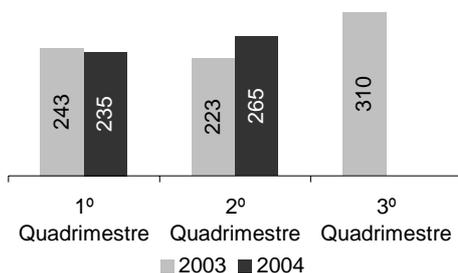
Fonte: Sefaz. Elaboração: Ipece. * set/04 - IGP-DI.

Ao se comparar os resultados quadrimestrais da Previdência, entre 2003 e 2004, percebe-se uma piora nas contas. Com relação às receitas, houve uma retração real de cerca de 25% no primeiro quadrimestre. A contribuição em 2003 foi de R\$ 141 milhões, passando para R\$ 106 milhões em 2004.

No segundo quadrimestre a situação se inverteu, passando as contribuições de R\$ 129 milhões para R\$ 149 milhões, um crescimento real de 16%.

Numa análise conjunta dos dois primeiros quadrimestres, percebe-se uma queda real de 6% na contribuição.

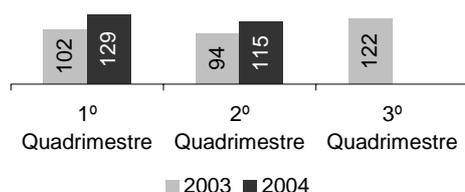
Gráfico 13 - Despesas com Inativos e Pensionistas - R\$ Milhões - P. Ctes*



Fonte: Sefaz. Elaboração: Ipece. *preços de set/04 - IGP-DI

Quanto às despesas, no primeiro quadrimestre observou-se uma redução real de 3% com relação ao ano anterior, passando de R\$ 243 milhões para R\$ 235 milhões. Entretanto, no segundo houve uma elevação real de 19%, passando de R\$ 223 milhões para R\$ 265 milhões. Assim, o acréscimo real no período acumulado até o segundo quadrimestre de 2004 foi de 7%, tendo passado de R\$ 466 milhões para R\$ 500 milhões.

Gráfico 14 - Déficit Previdenciário
R\$ Milhões - P. Ctes*



Fonte: Sefaz. Elaboração: Ipece. *preços de set/04 - IGP-DI

Dessa forma, têm-se em cada quadrimestre uma elevação real no déficit da previdência. No primeiro o déficit teve uma elevação real de 26% com relação ao ano anterior. No segundo, o déficit foi 22% maior. Assim, observa-se uma elevação real de 24% nos dois primeiros quadrimestres acumulados.

Tabela 5 - Perdas do FUNDEF
R\$ Milhões - Preços Constantes*
Trimestres e Anos

Período	Aporte	Retorno	Perda (Aporte- Retorno)
T1/03	151	47	104
T2/03	132	48	83
T3/03	176	44	132
Acum.	459	139	319
2003 (1)			
T4/03	139	44	95
Todo 2003	598	183	415
T1/04	149	44	105
T2/04	152	37	114
T3/04	134	35	98
Acum.	434	116	318
2004 (2)			
Cresc. entre (1) e (2)	-5%	-16%	0%

Fonte: Sefaz. Elaboração: Ipece.

* Média ponderada do IGP-DI (55%)
e IPCA (45%) - preços de set/04

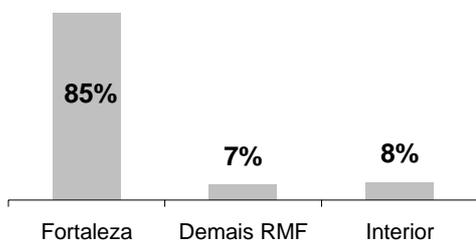
6 – PERDAS DO FUNDEF

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) gera uma recorrente perda financeira para o Tesouro do Estado. Esta perda acontece porque o Estado aporta mais recursos para o fundo (através de vinculações legais) do que o montante do fundo que retorna ao governo (que é uma função do número de alunos de ensino fundamental matriculados na rede estadual de ensino).

Nos três primeiros trimestres de 2003 o Tesouro do Estado tinha aportado R\$ 459 milhões para o FUNDEF (ver Tabela 5), em preços constantes, sendo que no mesmo período de 2004 foram aportados R\$ 434 milhões, uma queda real de 5%. Entretanto, no mesmo período houve uma queda ainda maior no retorno do FUNDEF ao Tesouro, da ordem de 16%. Este movimento não alterou as perdas do período, que passaram de R\$ 319 milhões, no acumulado dos três primeiros trimestres de 2003, para R\$ 318 milhões no mesmo período de 2004 (uma diferença de menos de R\$ 1 milhão, em preços constantes, como pode ser visto na Tabela 5).

7 – TEMAS ESPECIAIS

Gráfico 15 - ICMS por Regiões



Fonte: Sefaz. Elaboração: Ipece.

7.1. De onde vem o ICMS?

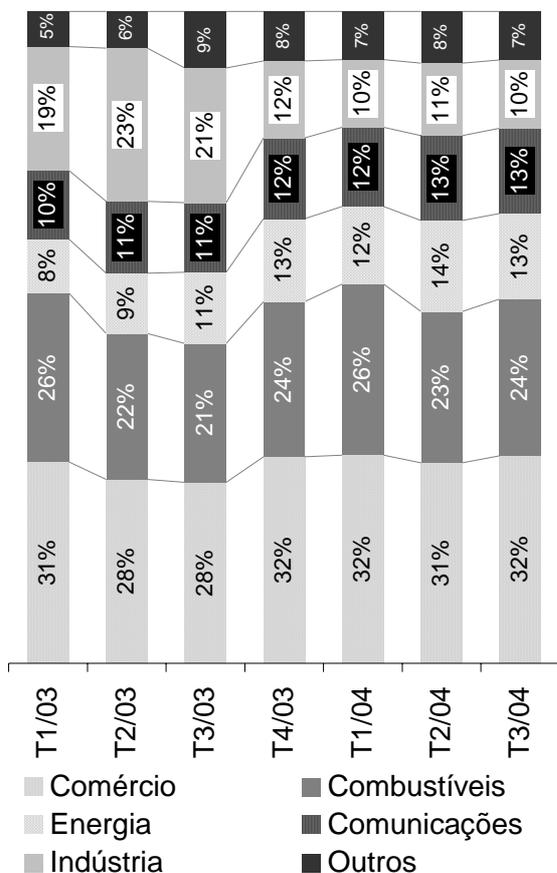
Nos últimos dois anos, 85% da arrecadação do ICMS foi feita na capital, 7% nas demais cidades da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e 8% nos municípios do interior (Gráfico 15).

Já nos últimos quatro trimestres existe uma relação bem definida na arrecadação do ICMS por setores da economia (ver Gráfico 16).

A arrecadação no comércio pós mudança no FDI vem, em média, representando 32% do total, seguida de 24% no consumo de combustíveis, 13% no consumo de energia elétrica, 13% nos serviços de comunicações, 11% na indústria e 7% nos outros setores (entre pequenas empresas, serviços de transporte, consumo de alimentos, construção civil, dívida ativa, etc.).

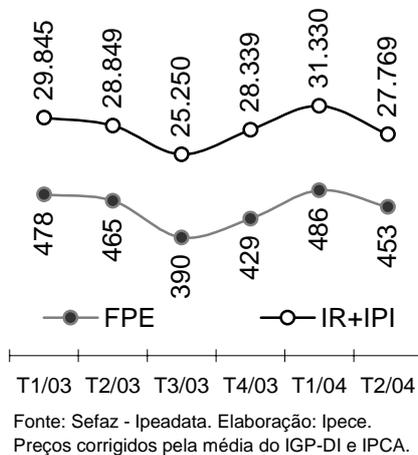
No Gráfico 16 também pode ser observado que este padrão de origem da arrecadação alterou-se no final de 2003. Isto aconteceu na mudança de contabilização do ICMS da indústria, quando os incentivos fiscais passaram a ser descontados (Decreto Nº 27.206 de 07/10/2003).

Gráfico 16 - ICMS por Setores



Fonte: Sefaz. Elaboração: Ipece.

Gráfico 17 - Arrecadação Líquida de IR e IPI e cota do CE no FPE - Preços Contantes



7.2. De onde vem o FPE?

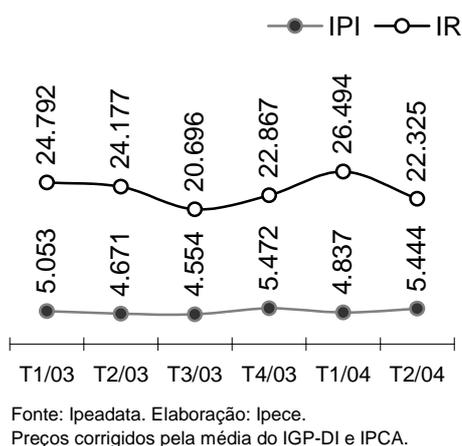
O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) é formado pela transferência de 21,5% da arrecadação federal do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), líquidos de restituições e benefícios fiscais.

Do FPE de um período, cada UF recebe um percentual. Isso é ilustrado no Gráfico 17, onde o Ceará vem recebendo 7,34%, de 21,5% do IR mais IPI líquidos, o que representou R\$ 453 milhões (em preços constantes⁶) no segundo trimestre de 2004.

O que também pode ser observado no Gráfico 17 é que as receitas de FPE estão estagnadas em torno de R\$ 450 milhões ao trimestre, de 2003 para cá (em termos reais).

No Gráfico 18 se observa que a razão disso, como era de se esperar, está na estagnação da arrecadação líquida do IR e do IPI no período (também em termos reais).

Gráfico 18 - Arrecadação Líq. de IR e IPI - P. Constantes

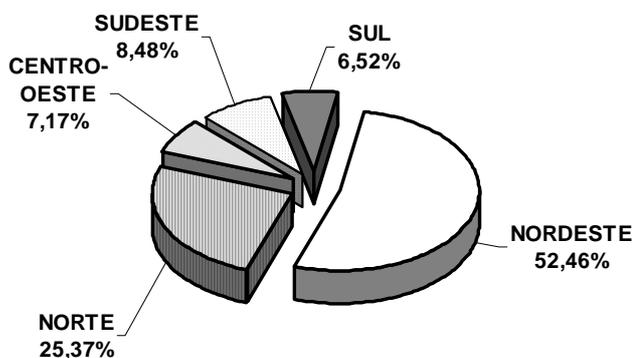


⁶ Preços de setembro de 2004 corrigidos pela média ponderada do IGP-DI (peso de 55%) e do IPCA (peso de 45%).

Algo mais sobre o FPE

Conforme determina a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, do valor total do FPE, 85% dos recursos são destinados aos estados das Regiões Norte, Nordeste, e Centro-Oeste, ao que os outros 15% são para os estados das Regiões Sudeste e Sul. O Gráfico 19 detalha esta distribuição.

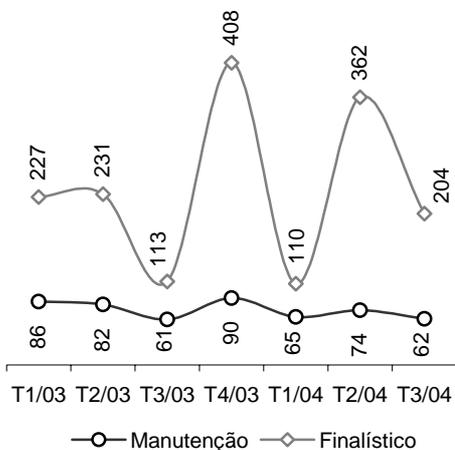
Gráfico 19 – Distribuição do FPE por Região



Fonte: Banco do Brasil. Elaboração: Ipece.

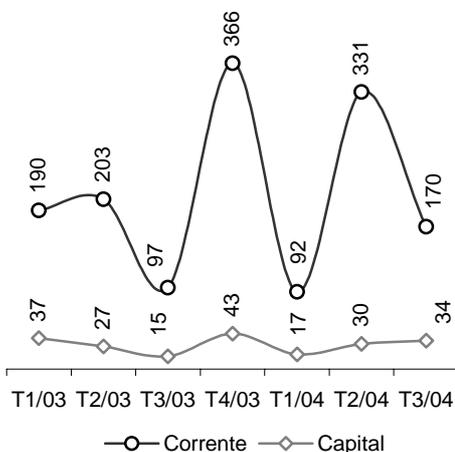
Quanto ao tempo entre a arrecadação do Governo Federal e o repasse aos Estados e ao Distrito Federal, existe uma defasagem de dez dias entre estas execuções. Toda a arrecadação de IR e IPI feita dos dias 1 a 10 de cada mês devem ser repassadas aos Estados até o dia 20 do mesmo mês, sendo que a arrecadação dos dias 11 a 20 devem ser repassadas até o dia 30 e, por fim, as arrecadações feitas até o fim de um mês devem ser repassadas até o dia 10 do mês seguinte.

Gráfico 20 - Despesas com Finalístico e Manutenção - PConstantes



Fonte: Seplan. Elaboração: Ipece.

Gráfico 21 - Despesas com Finalístico Corrente e de Capital - Preços Constantes



Fonte: Seplan. Elaboração: Ipece.

7.3. Finalístico e Manutenção

Uma forma alternativa de ver as Despesas Correntes e de Capital é pela diferenciação entre despesas finalísticas e de manutenção⁷.

O Gráfico 20 mostra que em termos reais as despesas com finalístico oscilam dentro de uma amplitude, que é diretamente ligada às necessidades sociais. Em termos reais, nos três primeiros trimestres de 2003 essa despesa totalizou R\$ 571 milhões, e no mesmo período de 2004 foram R\$ 676 milhões, uma aumento de 18%.

Por outro lado, as despesas com manutenção estão controladas⁸. Em termos reais, nos três primeiros trimestres de 2003 essa despesa totalizou R\$ 229 milhões, e no mesmo período de 2004 foram R\$ 201 milhões, uma queda de 12%.

No Gráfico 21 a despesa finalística é desmembrada entre corrente e capital, onde se visualiza que a oscilação desta despesa é originada basicamente pelo gasto com os serviços ofertados à população.

⁷ As despesas finalísticas podem ser exemplificadas pela construção de uma ponte ou pela locação de leitos de UTI, já as despesas com manutenção podem ser exemplificadas pelo pagamento das contas de água e telefone.

⁸ Preços de setembro de 2004 corrigidos pela média ponderada do IGP-DI (peso de 55%) e do IPCA (peso de 45%). Nas despesas finalísticas estão incluídas as perdas com o FUNDEF.